

# A FAMÍLIA DE MARIA NINGUÉM<sup>1</sup>

Fernanda Maria Brito Gonçalves Almeida<sup>2</sup>  
Marcela Mary José da Silva<sup>3</sup>  
Rosa Cristina Dultra Almeida<sup>4</sup>

## INTRODUÇÃO

A proposta da pesquisa, ora em exposição, centra-se no tratamento analítico de papéis e tensões políticos da família monoparental brasileira, sobretudo as estruturadas sob a responsabilidade feminina, dentro dos ambientes da pobreza; de suas constituições, configurações e reflexos do e no social mais amplo. Para tal, propõe-se a investigar a construção de mecanismos de ordenação, formas promotoras de sobrevivência de núcleos familiares desses segmentos, bem como a distribuição interna dos bens – quer materiais, quer simbólicos. Estes últimos, inclusive, em seu sentido reativo às imagens negativas que lhes são atribuídas historicamente, facilitadoras do processo de submissão.

Naturalmente, a perspectiva de pobreza traduz a imediata visão de carência material e as tentativas para a sua superação, através do provimento quotidiano de sobrevivência. Contudo, tal significado não se desliga de imposições outras, uma vez que essas se desdobram em determinações ou são implicadas por sobre-determinações de vários âmbitos, estendendo a insatisfação do rol de necessidades básicas para além daquele imediato e primordial, sobretudo em se tratando de cenários da modernidade, da industrialização e na conseqüente dinâmica urbanizadora.

Neste estudo, particularmente, importa conferir exercícios políticos, que incidem sobre núcleos familiares dessa natureza – mesmo que estabelecidos negativamente. Busca-se constatar aquelas visões de cunho sócio-cultural, dentro do panorama brasileiro, salientando que, se há carências amplas e prevalentes em termos gerais, há, também, peculiaridades e acentuações locais, estabelecidas no processo histórico e recriadas cultural e politicamente.

Na medida em que o processo da vida societária sob o capitalismo – e da brasileira especificamente – se pauta na reprodução das diferenciações e na restrição do acesso à riqueza, elementos do social, da política e da cultura reincidentem, restringindo as chances de inserção nos circuitos econômicos – seja nas esferas de produção seja nas de consumo – e reconstróem ciclos, promovendo, também, justificativas das oportunidades restringidas, ao tempo em que procuram transferir aos seus sujeitos o ônus das responsabilidades.

Como é sabido, apesar de o Brasil se inserir na lista das dez mais ricas nações, ainda patina em fenômenos próprios de países atrasados; entre estes, os que colocam parte significativa de sua população em amplas margens de risco, em virtude da extremada desigualdade na distribuição de renda e da ausência ou ineficácia de políticas públicas – conseqüentemente, de seus aparelhos promotores de inserção. Assim, não chegam a surpreender os recentes dados divulgados por estudo da Prefeitura de São Paulo, situando o País no segundo maior lugar do mundo em índices de desemprego – atingindo 11,454 milhões de trabalhadores nacionais (A TARDE, 29.05.02: 1 e 11) – nem outros, trazidos pelo Censo de 2001, que tratam do rendimento das pessoas ocupadas. Segundo esses últimos, 24,4% dos brasileiros ocupados ganhavam até um salário mínimo; 51,9% até dois ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br), 11.05.02).

---

<sup>1</sup> Pesquisa desenvolvida sob a Coordenação da Professora Fernanda Maria Brito Gonçalves Almeida.

<sup>2</sup> Professora Doutora da Escola de Serviço Social da Universidade Católica do Salvador e Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia – UFBA. [fga@ufba.br](mailto:fga@ufba.br)

<sup>3</sup> Assistente Social, egressa da Universidade Católica do Salvador e Mestranda em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia – UNEB.

<sup>4</sup> Acadêmica do Curso de Serviço Social da Universidade Católica do Salvador – UCSal.

Ao lado dessas informações pode-se acrescentar outra – surpreendentemente patética, em tempos “pós-modernos” –, relativa ao crescimento do analfabetismo na população baiana de trinta anos ou menos, conforme o mesmo Censo (A TARDE, 05.08.02: 1 e 3).

Tais constituições – embora não devam ser banalizadas – não causam estranheza; tampouco o que se pode conferir no outro extremo da escala dos rendimentos: são só 2,6% dos ocupados os que percebem mais de vinte salários mínimos, segundo a fonte censitária citada. Trata-se da permanência de configurações construídas histórico, social e economicamente, estabelecidas como “naturais” pelos mecanismos políticos e culturais mantenedores da “ordem” societária.

Certamente, os contornos dessa desigualdade estruturante variam no percurso e, mesmo, conjunturalmente. Além dessas balizas, sofrem outras influências, como aquelas provenientes das peculiaridades locais e segundo as posições específicas dos sujeitos nos espaços sociais. Assim, o quadro da miserabilidade brasileira é menos ou mais agudo conforme as *historicidades regionais* e, naturalmente, segundo, o *gênero*. Se, no Nordeste, a *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios* - PNAD, de 1999, aponta a taxa de 28,6% para o total de pessoas entre 15 e 65 anos sem atividade, a sua correspondente feminina é de 41,9% (PNAD, ibge. net, 31.05.02). Em termos de rendimento médio mensal, a mesma fonte informa que, enquanto o total médio brasileiro é de 2,4 salários mínimos, o nordestino é de 1,3; e, ao seu universo feminino, cabe a média de 0,9 salário mínimo (idem, Tabela: 7.1.15).

Todavia, segundo o Censo de 2001, é nessa região que se encontra a mais alta expressão brasileira de mulheres responsáveis pelos domicílios: 25,9%, correspondendo a cerca de 2.951.995 famílias (ibge. net; Perfil...: Tabelas 1 e 2; 24.05.02). E mais, de acordo com o mesmo Censo, 31,7% dessas se inserem na categoria de sem instrução ou com menos de um ano de estudo (idem: Tabela 7), implicando no natural estado condicionador de poucas oportunidades de acesso cultural, mas, também, no da renovada condição precária de trânsito nos seus aparelhos de criação, transmissão e alcance dos bens culturais.

Um ponto ainda mais áspero da vulnerabilização pode ser revelado, pela constatação de que, nesses domicílios, 67,8% das crianças de 0 a 6 anos estão sob a proteção de mães chefes de famílias, cujos rendimentos não ultrapassam dois salários mínimos (PNAD, 1999. ibge. net: Tabela 10, 31.05.02), o que torna cristalina a dimensão de suas responsabilidades, e, ao mesmo tempo, evidencia o peso da opressão a que são submetidas essas mulheres.

## **METODOLOGIA**

Visando a preservar esse sentido, o estudo é planejado para se desenvolver em três etapas. A primeira, já em curso, tem como essência a reconstrução dos cenários da sociabilidade nacional, onde, particularmente, cabe a releitura dos papéis sócio-políticos e designações das mulheres da pobreza, sobretudo daquelas que exercitam a responsabilidade das suas famílias. Assim, neste primeiro momento, procede-se a uma análise de aspectos pertinentes, abordados pelos *Intérpretes do Brasil* (ABREU, 2000; BOMFIM, 1993; BUARQUE DE HOLLANDA, 2002; FAORO, 2000; FREYRE, 1957; PRADO, 2002; PRADO JR., 2002), procurando recompor a organização societária definidora de espaços e papéis.

Ainda nessa etapa, resgatam-se e analisam-se visões que a sociedade tem dessas mulheres, inclusive do que lhes atribui em termos de designações negativas. Isto vem sendo possível de promover, por intermédio de revisões de textos literários, na medida em que refletem ou oferecem a perspectiva de então.

As segunda e terceira partes do trabalho estarão assentadas no desenvolvimento de análises etnográficas em dois espaços nacionais: Salvador e São Paulo, na medida em que, sendo pólos pioneiros da brasilidade, e, assim, da construção de significações e lugares sócio-culturais – permitem a apreensão das raízes originais.

Por outro lado, em períodos mais recentes, mesmo mantendo o lastro suporte da diferenciação social, os dois âmbitos se distanciam, ganhando especificidade. Se Salvador é um

primeiro cenário adequado à análise, na medida em que o processo industrial entra em seu espaço mais tardiamente e se destaca no quadro da pobreza do País, o da cidade de São Paulo constituiria um contraponto, pela condição de vanguarda modernizadora e pela maior amplitude de posições sócio-econômicas.

Sendo tais condições fortes o suficiente para configurar diferenciações relativas ao primeiro enraizamento estrutural dos dois âmbitos, pode-se questionar o peso de outros fatores correlatos, capazes de assentar ou fortalecer diretrizes econômicas e suas repercussões na aceitabilidade da distribuição da riqueza produzida.

## RESULTADOS ESPERADOS

Trata-se de ordenações de ordem política, construídas e impostas aos dois espaços, aproveitando-se das matrizes culturais, a cuja leitura deve-se proceder com este estudo. Nele, cabe aprofundar a pergunta inicial, conferindo-se como se organizaria e como se configuraria a família feminina da pobreza paulista, observada a partir de seu vínculo de inserção na ordem do capital; e como se configurariam essas circunstâncias nas suas correlatas de Salvador, uma vez que a inserção predominante a situa na franja daquela mesma ordem, não obstante o peso que a profunda interveniência da cultura afro situa em cenas inegáveis os papéis femininos de autoridade e autonomia, inclusive nas órbitas – ainda que periféricas – da produção e reprodução dos bens disponíveis.

Sem se constituir um fenômeno novo, os segmentos objetos da análise indicam elementos configurativos sedimentados – embora nem sempre claros – como a reproduzem construções ancestrais da nacionalidade ainda mais difusas. Certamente, se os contemporâneos são, ainda, pouco afetos ao campo de visão, os pretéritos – aos quais se ligariam – são, todavia, menos nítidos, e, muitas vezes, invertidos (BHABHA, 1998: 31).

É neste sentido que, recentemente, se inicia a busca, através da distinção entre o que deveria ser oculto e o que deveria ser exposto (ARENDDT, 1997), para melhor apreciar e compreender suas reconfigurações nos cenários atuais. Se a era atual, com sua reorganização produtiva, é capaz de reduzir as chances de inserção no mercado de trabalho e de integração nas redes relacionais – importando na distensão da segurança social –, a fragilidade de tais condicionantes não constitui novidade no Terceiro Mundo, local onde sempre prevaleceu o recorte dos privilégios para os mesmos setores da sociedade. A consequência dessa injunção constrói um espaço societário de extremada desigualdade. As consequências, mais do que conhecidas, geram e reproduzem grupos de vulneráveis e excluídos, ao tempo em que permitem o aprimoramento das estratégias de dominação, tanto no âmbito do público como no do privado.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Capistrano de. Capítulos **A História Colonial (1500-1800)**. 7ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha. (Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro), 2000.

A TARDE. Brasil é Segundo em Desemprego do Mundo. Salvador; 29.05.02; p.1 e 11.

A TARDE. Número de Analfabetos Cresceu na Bahia. – Salvador, 05.08.02; p.1 e 3.

ARENDDT, Hannah. **A Condição Humana**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Ed. Ufmg, 1998.

- BOMFIM, Manuel. **América Latina: Males de Origem**. Rio de Janeiro: Topbooks Editora e Distribuidora Ltda, 1993.
- BUARQUE DE HOLLANDA, Sérgio. Raízes do Brasil. In: **Intérpretes do Brasil**; Silviano Santiago (Coord.), 2. ed; Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar S.A., 2002. V1.
- CUNHA, Euclides Da. Os Sertões. In: SANTIAGO, Silviano (Coord.): **Intérpretes do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar S.A., 2002.v1
- FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**. – 10. Ed. São Paulo: Editora Globo-Publifolha (Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro), 2000. V1; v2.
- PRADO, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. In: **Intérpretes do Brasil**; Silviano Santiago (Coord.): 2. ed.; Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar S.A.; 2002. V1; v2.
- PRADO, Paulo. Retrato do Brasil. In: SANTIAGO, Silviano (Coord.): **Intérpretes do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar S.A., 2002. V. Iii.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. Lisboa: Edições “Livros do Brasil”, 1957.
- FIBGE. Rendimento Médio Mensal Real, em Salários Mínimos das Pessoas de 10 Anos ou mais de Idade; por Antigas Grandes Regiões, segundo o Sexo – 1989/1999 – Brasil - 1999 - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Emprego e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Disponível em: <http://www.ibgenet/home/statistica/opulacao/trabalhorendimento/pnad99/tab.7.1.15,1999.shtm>. Acessado Em: 24.05.02.
- \_\_\_\_\_. Taxa de Atividade das Pessoas de 15 A 65 Anos de Idade por Cor e Sexo – 1999. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios [Cd-Rom]. Microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <http://www.ibgenet/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/default.shtm>. Acessado em: 31.05.02.
- \_\_\_\_\_. Censo Demográfico. Indicadores Conjunturais. Perfil das Mulheres. Tabela 10: Proporção de Crianças de 0 a 6 Anos de Idade, em Domicílios com Responsáveis Mulheres com Rendimento de até 2 Salários Mínimos, segundo as Grandes Regiões. Disponível em: <http://www.ibgenet/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/default.shtm>. Acessado em: 31.05.02.
- \_\_\_\_\_. Censo Demográfico. Indicadores Conjunturais. Perfil das Mulheres. Tabela 1: Pessoas Responsáveis pelos Domicílios, por Sexo, segundo as Grandes Regiões. Disponível em: <http://www.ibge.net/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/default.shtm>. Acessado em: 24.05.02.
- \_\_\_\_\_. Censo Demográfico. Indicadores Conjunturais. Perfil das Mulheres. Tabela 2: Pessoas Responsáveis pelos Domicílios, Total e Mulheres, segundo as Grandes Regiões. Disponível em: <http://www.ibge.net/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/default.shtm>. Acessado em: 24.05.02.
- \_\_\_\_\_. Censo Demográfico. Indicadores Conjunturais. Perfil das Mulheres. Tabela 7: Distribuição Percentual de Mulheres de 10 Anos ou mais de Idade, Responsáveis pelos Domicílios, por Classes de Anos de Estudo, segundo as Grandes Regiões. Disponível em: <http://www.ibge.net/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/default.shtm>. Acessado em: 24.05.02.

OLIVEIRA VIANA. Populações Meridionais no Brasil. In: SANTIAGO, Silviano (Coord.): **Intérpretes do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar S.A., 2002. V1.